

ATA DA TRIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO DE CEDRAF REALIZADA NA DATA DE VINTE E NOVE DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZ, NO INSTITUTO EMATER

Secretário Bianchini, dá início à reunião cumprimentando a todos os presentes. Justifica a antecipação da reunião devido à transição do governo e a saída dele e do diretor geral da Seab. Apresenta a pauta da reunião:

08h00min - Credenciamento.

08h40min - Abertura – Secretário Valter Bianchini.

08h50min – Leitura da Pauta e Aprovação da 35ª Ata da Reunião do CEDRAF.

09h00min – Análise Conjuntural de Grãos de Verão com Tendências de Mercado – DERAL - Simioni.

09h30min – Apresentação do Projeto de Informatização do PRONAT - IPARDES.

10h15min – Apresentação do Plano Operativo Anual do Crédito Fundiário – Márcio –Crédito Fundiário.

10h45min – Lei de ATER –

11h15min - Alimentação Escolar - Márcia SEED e Odílio EMATER

11h45min - Suasa – João Carlos

11h55min - Informes Gerais.

12h30min – Encerramento.

1-Aprovação da Ata da 35ª reunião do Cedraf – Aprovada

2- Apresentação do Projeto de Informatização do Prontat – IparDES

A apresentação foi feita por Ciro Barbosa, Carlos Frederico, Valéria e Lenita – Este projeto é um sistema de monitoramento dos projetos do Pronat, entre os anos de 2003 a 2008. Será acompanhado pelo Cedraf, MDA, Sistema de Gerenciamento Estratégico (Brasília) aproximando os dois sistemas. Além do sistema e de um banco de dados, ele irá proporcionar uma metodologia de avaliação destes projetos. Têm-se dois objetivos básicos – proporcionar uma ferramenta de monitoramento e acompanhamento técnico, físico e financeiro, com acompanhamento analítico de todo o projeto – dos anos de 2003 a 2008. Inicialmente temos o envio de todo material que a SEAB tem com uma leitura de todo o material, projetos, Pts, estabelecer tipologia e lançar no sistema; estabelecer parâmetros para consultar esse banco de dados, a partir disso, formular análises e apontamentos . Pontos principais do sistema – ir além do controle físico e financeiro do investimento, procedimento já existente e avançar na direção da apreciação técnica da sustentabilidade dos projetos desenvolvidos – interação entre as informações registradas e algumas variáveis, podendo ser possível interagir através de consulta em todos os registros. Este projeto deverá trabalhar com os territórios do Estado – atualmente com 266 municípios que compõe os territórios estruturados; 81 projetos enviados e 265 Planos de Trabalhos investigados, perfazendo em torno de 280 ações (investimento e custeio). **O Objetivo principal** é instrumentalizar o Cedraf no acompanhamento e sistematização dos projetos contratados através do PRONAT. **Objetivo Específico** – desenvolver metodologia de acompanhamento e avaliação dos projetos Pronat – Pr; construir um banco de dados; construir uma tipologia de projetos – dada pela diversidade dos projetos, tendo em vista a abrangência espacial; valores envolvidos; natureza dos objetivos; beneficiários das ações; identificar e selecionar projetos para estudo de caso – fazer um trabalho analítico em campo; avaliar qualitativamente os projetos selecionados; construir uma matriz de acompanhamento, quadro analítico com o ordenamento de indicadores econômicos. **Demonstração do Sistema** – Síntese de todos os territórios da cidadania e do Brasil; Cadastro de territórios – demonstração espacial do mapa do Paraná; Cadastro dos municípios – análise socioeconômico de vários indicadores que pode auxiliar na elaboração dos projetos e cadastro dos projetos e por fim o cadastro do tipo de ação (em desenvolvimento). Vamos deixar o sistema on-line, disponível em todos os territórios, onde o articulador e o pessoal envolvido diretamente com o projeto, poderá dar entrada dos dados , com a coordenação do Cedraf; Fazer treinamento para quem for operacionalizar o sistema com glossário e manual. Está sendo criado um sistema de consulta, como interagir as várias partes do PT; foram

criadas três linhas: ação efetiva, de que e para quem. Após esta apresentação foi aberta aos conselheiros para questionamento. Foi questionado quem alimentaria os dados dos projetos. Quem vai alimentar os dados será o Cedraf e isto se dará de forma contínua e o Iparde fará o gerenciamento do sistema, avaliação qualitativa. Reni sugere que monitoramento dos projetos – até a conclusão da obra física ou aquisição de bens e equipamentos (monitoramento já realizado pela CEF) e o acompanhamento sistemático após o monitoramento da CEF – como está sendo utilizado, quem administra, a utilização está se dando 100%, quem deve acompanhar é o Colegiado Territorial, o secretário executivo do Cedraf com alguns técnicos para vistoriar estes projetos. Bittencourt lembra que na reunião anterior do Cedraf as entidades ficaram de indicar os nomes para compor os grupos de trabalho de análise dos projetos Pronat. Foram indicado – Fetaep – Flavio; Faep – Nilson; Iapar, Emater, Arcarfar, Deser – deverão indicar seus representantes.

3- Conjuntura de Grãos de Verão com Tendências de Mercado – Otmar – Deral – Seab

No Paraná temos quase 20 milhões de hectares, áreas de lavoura em torno de sete milhões. O Paraná teve pouco avanço nos últimos anos, 5,5 milhões de pastagens; 4,4 milhões de vegetação natural; 66% da área de lavoura é de soja. **O milho** é um dos principais grãos em termos mundiais, a produção vem subindo a cada ano, no Brasil tivemos uma produção de 51 milhões de toneladas. Estoque mundial crescendo a cada ano, devido à crescente produtividade e a redução do consumo, mercado mundial de milho desaquecido e desaquecendo. O Paraná é o primeiro produtor nacional – 25%, 11% da produção estadual e 30% em propriedade com menos de 50 hectares (pequenas propriedades). Na década de 80 tínhamos 2.400 kg por hectares, atualmente vem crescendo, principalmente com a safrinha (intercalando com soja), 2009-2010 – 7.500kg por hectare. O preço está baixo, mais ou menos R\$13,00 a R\$13,90 por saca, porém, acima da média histórica. Custo total – preço de nov./2009 – R\$17,60 safra normal – R\$ 21,00 safrinha. Custo variável – R\$ 11,00 – safra normal e 11,46 – safrinha. Custo médio Paraná – produtividade de 7.200kg por hectare – o custo varia muito de lavoura a lavoura; milho- nesta safra ganha no custo variável e perde em cima do custo total. Provável reação preços baixos e venda vagarosa. **Soja** – EUA – primeiro produtor – 91.000.000 – Brasil 2º produtor e Argentina – 3º produtor. Produção mundial de 255.955.000 toneladas recorde. Estoque/consumo – baixo em 2008 – hoje se tem 25% de estoque. No Brasil o primeiro estado produtor é o Mato Grosso, seguido do Paraná. Aumento de produção, exportações 28,5 milhões toneladas em 2009; em 2010 redução devido ao mercado. Consumo Nacional – 36.000.000 toneladas. Paraná – 2008/2009 – 4.000.000 hectares; 23% de quebra da safra; 9.300.000 toneladas produção – 2.300 kg por hectare. Safra 2010 - recorde 4.400.000 hectares, produção estimada de 13,89 toneladas – 3.156 kg por hectare. **Trigo** – União Européia – maior produtor, China 2º lugar. Brasil – 678.000.000 toneladas; 2º maior da história. Consumo mundial crescente, estimado em 647.000.000 toneladas – estoque de 30% atualmente, estoque considerado alto. No Brasil o Paraná é o principal produtor, seguido de Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Redução de área no Paraná; importações acima de 5.000.000 toneladas; exportações ocasionais; consumo nacional estabilizado, estoque baixo. 2008 e 2009 – quebra na produção e qualidade – redução de 12% na produção . Produção mundial – recorde, estoques considerados altos. Preços no Paraná de R\$ 20 a R\$ 25,00. **Feijão** – Paraná principal produtor no Brasil – 21% seguido de Minas Gerais. A produção do feijão gera 214 mil empregos só no campo; 70% da produção em propriedades com menos de 50 hectares. Safra 2008/2009 – 32% de perda por conta da estiagem – 420.000 hectares com 1.170 kg por hectare. 2009/2010 – redução da área – 30% - 1.500 kg por hectare com uma produção de 318.000 hectare. No Paraná, a produção total é basicamente igual nas duas safras – 2008/2009 – 786.000 toneladas - 2009/2010 – 782.000 toneladas. No Brasil houve um pequeno aumento na produção desta safra – 3,5 toneladas de feijão. Aumento das importações (principalmente no sul do país); exportação irrisória; consumo nacional quase o volume de produção; estoque de 370.000 toneladas. Preços – quedas os últimos tempos – mais ou menos R\$ 76,00 por saca de feijão preto e R\$ 70,00 por saca de feijão branco; preço abaixo do mínimo (R\$ 80,00). No Paraná se tem um custo total de R\$ 82,00 e custo variável de R\$ 51,00. Após a apresentação houve manifestação dos conselheiros e foi aprovado que nas próximas reuniões do Cedraf, fazer discussão de Carne e Leite, padrão de tecnologia, tendências de grãos, preços...

4- Câmara Técnica de Crédito Fundiário – Márcio Silva – Apresenta o material trabalhado no Plano Operacional Anual de Crédito Fundiário, trabalhado a matriz de gargalos, dividido em oito tópicos, pouco tempo para consolidar o material. Primeira consolidação a partir do material trabalhado na reunião de revisão, disponibilizado às entidades para análise e sugestões para após finalizar o documento. Sugestão é continuar com o prazo para consolidação. Concentrar na secretaria executiva do Cedraf as sugestões e finalização do documento. Bittencourt sugeriu que os conselheiros levasse o documento para lê-lo mais tarde, tendo sugestões entrar em contato com o departamento do crédito fundiário, para ser aprovado na Câmara Técnica com as sugestões dos conselheiros. Olivo questiona Márcio se ele acredita na proposta do crédito fundiário, que responde que sim. Foi também levantado dúvidas sobre o andamento do programa, acesso dos mutuários, agentes financeiros, crédito fundiário e o Cedraf é o espaço para uma discussão assim. Bittencourt sugere que a próxima reunião do Cedraf seja do dia todo, onde se faria uma análise mais profunda de como está o crédito fundiário no Estado, o que já foi feito dentro desta área, convidar o Incra, ver questões dos assentamentos no Paraná. Bianchini sugere a inclusão no tema – avaliação porque no RS (mais ou menos 11.000 beneficiários); SC (de 5.000 a 6.000) e no Paraná (pouco mais de 2.094 e várias propostas em tramitação). No ano de 2007 tivemos 616 contratos/ano. 2010 – até março somente 17 famílias - em parte pelo preço da terra. Temos uma média de 400 contratos ano. Média adquirida 10.500 hectares (de 2005 pra cá), com 5,2 hectares por família de área bruta. **Desafio da Assistência Técnica**: ter bons projetos em áreas pequenas tendo que atender a legislação ambiental. Valores: mais de R\$ 78.000,00 crédito fundiário, fora o Pronaf A , para investimento. No Rio Grande do Sul e Santa Catarina o valor é de R\$ 4.500,00 e no Paraná é de R\$ 7.000,00. Nestes Estados as propostas encaminhadas são mais individualizados; Banco da Terra; processos administrativos; Pronaf A; monitoramento; consolidação; estradas; Programa minha casa minha vida; renegociação dos pecúlios. Após a apresentação de Marcio Silva, abriu-se a palavra aos conselheiros. Foi levantado questionamento quanto a Inadimplência (dados); assistência técnica; não se ater muito a números, verificar de forma mais profunda estes dados, analisar tipologias, entender os fatores que estão demonstrando bons resultados. O programa é bom o que precisa melhorar é a sistemática de implantação do programa. Como estão os projetos de habitação, água, edificação. Marcio esclarece que existem dois convênios, estes recursos são para o administrativo, para implementar a regularização do crédito fundiário. **Estradas** a Codapar está com contrato assinado; **água** - Repasse da Caixa Econômica Federal- fase de aprovação dos projetos, apoiada pela Sanepar. **Minha Casa Minha Vida** – Sendo pleiteado junto ao governo e a secretaria de planejamento. Foi também colocado que se deve fazer maior divulgação nos territórios dos programas existentes; correção no valor da terra; política de casa e luz- dois programas nacionais que o crédito precisa e por ter prioridade; avançar em estradas e saneamentos. Ficou aprovado que numa próxima reunião do Cedraf se faça uma análise mais profunda sobre o crédito fundiário no Paraná. **5 – LEI DE ATER** – Reni Denardi – Até o momento não foi regulamentado a Lei de Assistência Técnica. A proposta de regulamenta da Lei de Ater, sancionada pelo Presidente Lula no dia 11/01/2010, entrou no processo de regulamentação - proposta de regulamentação feito pelo DATER – Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural – Secretaria Agricultura Familiar. Está no Gabinete do ministro, está sendo compatibilizada com a proposta e as disposições do INCRA; já que se trata de uma lei que irá vigorar para o conjunto da agricultura familiar e para os assentamentos. A partir da regulamentação serão publicados os primeiros editais, provavelmente em maio saia o primeiro edital. Este primeiro edital que vai ser publicado, chamada de projetos, vai ser específico para os territórios da Cidadania, ao todo 120 territórios, e no Paraná quatro, composto por 74 municípios. O montante estimado para esta chamada de projetos é de R\$ 6,4 milhões. O credenciamento das entidades será somente após a regulamentação. Poderão participar apenas entidades credenciadas no âmbito do Conselho Estadual, diferente da situação anterior onde o Conselho Estadual fazia uma triagem, mas a decisão final (homologação) ficava com o DATER (Brasília). Outras demandas específicas, para o público e regiões específicas, ficarão para um segundo momento. O Cedraf deve providenciar um comitê para analisar os pedidos de credenciamento, assim que lei foi publicada. A secretaria executiva informa que será encaminhado

correspondência para as entidades formalizarem as indicações e assim que for publicada a regulamentação será convocado uma reunião deste comitê, para estudar a legislação. Foi aberta a palavra para indicação de nomes e entidades. Foi indicado; Emater – Natalino; Fetaep – Mario; Unicafes; Ari de Davi, ficou-se de indicar Arcafar; Fetraf Sul; Iapar e MDA. Ficou-se de fazer uma reunião específica, após a regulamentação para discutir a Lei de Ater. Dependendo da data, verificar a possibilidade de antecipar reunião do Cedraf. A Secretaria Executiva do Cedraf deverá encaminhar correspondências a todas entidades e órgãos para a indicação formal de seus representantes, para os grupos de Trabalho ATER E PRONAT.

6- Alimentação Escolar – Márcia (SEED) e Odílio (Emater)_Será feito uma chamada pública, para a agricultura familiar na alimentação escolar. Semelhante a chamada pública do Leite no Paraná. Esse ano a chamada pública será realizada através de cadastro via internet (celepar). A chamada deverá ser feita agora em abril. Todas as cooperativas e associações irão informar quais são os produtores, qual a condição (deve ser priorizado o local, o indígena; quilombolas, assentados), montado pesos diferenciados a essas categorias. Não sabemos se em uma associação ou cooperativa existem indígenas, quilombolas, assentados e demais. Foi informado que estes representam 5% da nossa capacidade. Mas como a legislação federal exige essa prioridade, já está sendo pontuado e incluso no sistema. Hoje o Edital está na PGE, para aval da procuradoria. Este ano iremos fazer uma seleção, onde estaremos elencando 5 grupos: hortaliças, frutas e derivados; alimentos protéicos; temperos e outros. O numero inicial de alimentos foi reduzido para 40 itens. Ainda é um número muito alto, quando comparado a outros estados. Cadastramento – o agricultor, a cooperativa vai poder selecionar o município, e em caso de municípios grandes, será possível selecionar para quais escolas ele irá fornecer o alimento. Será possível visualizar a quantidade de alimento por escola, por município e por núcleo, para uma maior segurança. Em algumas regiões será preciso importar alimento de outras regiões. Após esse mapeamento, as associações, cooperativas deverão entregar na sede do núcleo a documentação, para conferência pela Secretaria da Educação. Caso a cooperativa seja habilitada, essa habilitação valerá para o Estado todo. Caso seja necessário, será feito uma locação de demanda. Sendo feito um rateio dessa quantidade. De acordo com a legislação, em caso de empate será feito um sorteio entre os interessados e a publicação do resultado. Devemos dar prioridade a esse programa, no sentido de dar oportunidades aos agricultores familiares. Realizaremos seminários regionais para divulgar o programa nas micro regiões. Já temos organizados 11 cooperativas e existem várias outras pedindo informações. Este programa é executado basicamente pelo Estado (participação do Emater no processo, elaboração da chamada pública) e Município (realizando as chamadas públicas). O problema é que se tem poucas organizações preparadas para participarem desse processo. Está sobrando mercado. Alguns municípios recebem os produtos em locais determinados e realizam a distribuição, facilitando para as cooperativas, outros, solicitam que as cooperativas entreguem diretamente nas escolas, dificultando o trabalho e aumentando custos. Hoje a Unicafes tem parceria via Emater para trabalhar a Alimentação Escolar. Ajuda mútua na organização da distribuição desses produtos. Encerrado este ponto, passou-se ao último ponto da pauta - **7- Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – João Carlos SIP/SEAB**. No último dia 19, homologação feita pelo Ministério Agricultura, o Paraná junto ao SUASA. Também estão homologados os Estados de Minas Gerais e Bahia. Temos uma cartilha da Suasa com informações gerais. Os municípios precisam ter instalado o sistema de inspeção do Estado. Para que os estabelecimentos registrados nos serviços de inspeção do Estado, possam estar comercializando seus produtos fora do Estado, deverão passar por auditorias pelo Ministério da Agricultura, por serviços de inspeção federal. Assim como o Estado passou por quatro auditorias para obter a homologação. Das empresas indicadas pelo Estado, somente seis passariam seriam analisadas. Das seis somente três estão aptas a comercializarem seus produtos fora do Estado. Estas empresas precisam estar regularizadas e precisam atender a regulamentação do SIP. No Paraná temos 478 empresas que solicitaram registro no SIP, ao reconhecer a equivalência do SIP, teremos automaticamente, cumprindo as exigências burocráticas um mínimo de exigências técnicas que o SIP possa dar essa autorização. A partir do momento que o Estado possa estar homologado, não precisa mais a auditoria do Ministério. O SIP

tem autonomia para fazer as auditorias. Com a homologação do Paraná será mais fácil, porém, não menos trabalhoso, inclusão dos serviços municipais e territoriais.

8- Informes - a) Processo da Prefeitura de Salto do Lontra – COPERAF – Solicita parecer – Este projeto foi encaminhado diretamente ao MDA. Verificar se passou pelo Território Sudoeste, solicitar mais informação e trazer para a próxima reunião do Cedraf.

b) Ipardes – Está realizando curso Internacional de Gestão Estratégica de Desenvolvimento regional e Local.

c) Renúncia do representante da Associação dos Municípios do Paraná – Prefeito de Cruzeiro do Oeste - José Carlos Becker de Oliveira, a partir de 1º de abril de 2010, por razões eleitorais.

d) O Secretário Valter Bianchini pediu exoneração do seu cargo, juntamente com o Diretor Geral Herlon. O governador assinou essa exoneração a partir de 1º de abril. Desvincula-se do cargo para concorrer a um cargo de Deputado Estadual, voltando para Emater.

E por fim o presidente do Conselho – Secretário Valter Bianchini, encerra a reunião, dizendo que está é a última reunião que preside no Cedraf, agradece a participação de todos os conselheiros, das organizações, entidades, técnicos, parceria com o MDA – O Paraná se não é o melhor é um dos melhores em organização do Cedraf. A participação rica e intensa de todos as organizações e entidades, contribui e uma maneira importante nos projetos e na organização dos territórios. Um trabalho que tenho bastante orgulho de participar junto com vocês. Apesar de estar se afastando como presidente do Cedraf e Secretário, nós vamos continuar contribuindo e acreditando que essa é uma das formas de construirmos de fato um projeto de desenvolvimento sustentável em todos os nossos municípios e regiões, fortalecendo a nossa agricultura familiar, os nossos assentados, os quilombolas, indígenas, enfim todo essa diversidade da nossa agricultura. Então não é uma despedida, apenas uma alteração na função, mas desde já, muito obrigado a todos vocês por essa participação conjunta e por esse aprendizado que nós fizemos junto e como aprendi um pouco mais sobre essa importância da política participativa e da política territorial. Finalizando, informa que o Bittencourt assumirá a secretaria executiva do Cedraf e que na próxima reunião do Cedraf, já teremos o novo secretário.

e) Posse do Governador Pessuti – Quarta feira 31/03 às 10 horas da manhã, no Teatro Guaira.

Encerra-se a presente reunião e lavrada esta ata que vai assinada por mim que a secretariei e pelo presidente.

Erikson Camargo Chandoha -

Carlos Roberto Bittencourt